A construção identitária do servidor da justiça eleitoral

LUÍS FERNANDO SILVA

Sobre o autor:

Luís Fernando Silva *Possui Licenciatura plena em História, pela FMU/SP, especialização em Sociologia Política na PUC Rio com a pesquisa "bonecas na sociedade de risco".*

RESUMO

Democracia como política, "politeia" - necessidade de justiça eleitoral para transparência do processo eleitoral

Palavras-chave: construção identitária, servidor justiça eleitoral

ABSTRACT

Democracy as politics, "politeia" - necessity of electoral justice for transparency of the electoral process

Keywords: construction identifies, electoral justice server

Concebo eleição como manifestação de cidadania, processo político, social, jurídico através do qual buscamos Democracia, onde relações de poder desigual são transformadas em posições de autoridade partilhada. Em adotando José Murilo de Carvalho, encontraremos cidadania no desdobramento de direitos civis, políticos e sociais - "(...) uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada País e em cada momento histórico." (pág. 9, 2001, CARVALHO).

Os processos civilizatórios que fundam nosso presente de país continental vão ao encontro da ideia de que "(...) supomos que ao desencadeamento de cada revolução tecnológica, ou à propagação de seus efeitos sobre contextos socioculturais distintos, através dos processos civilizatórios, tende a corresponder a emergência de novas formações socioculturais.", (pág 20, 1997, RIBEIRO)? Você entende que a Urna Eletrônica, por exemplo, significou avanço civilizatório, avanço de cidadania ?

Defendo inegável hoje a Urna Eletrônica represente tecnologia nacional de ponta, legitimando o processo eleitoral como seu instrumento transparente e funcional, possível de ser produzida e desenvolvida num processo a partir da especificidade social do corpo de funcionários do quadro permanente da Justiça Eleitoral, porém as questões constitutivas de uma cidadania plena, inexistente pelos entraves sociais de diferenças regionais intensas e imensas, de desigualdades de gênero, cor, raça, econômica e social, por completo a extrapolam.

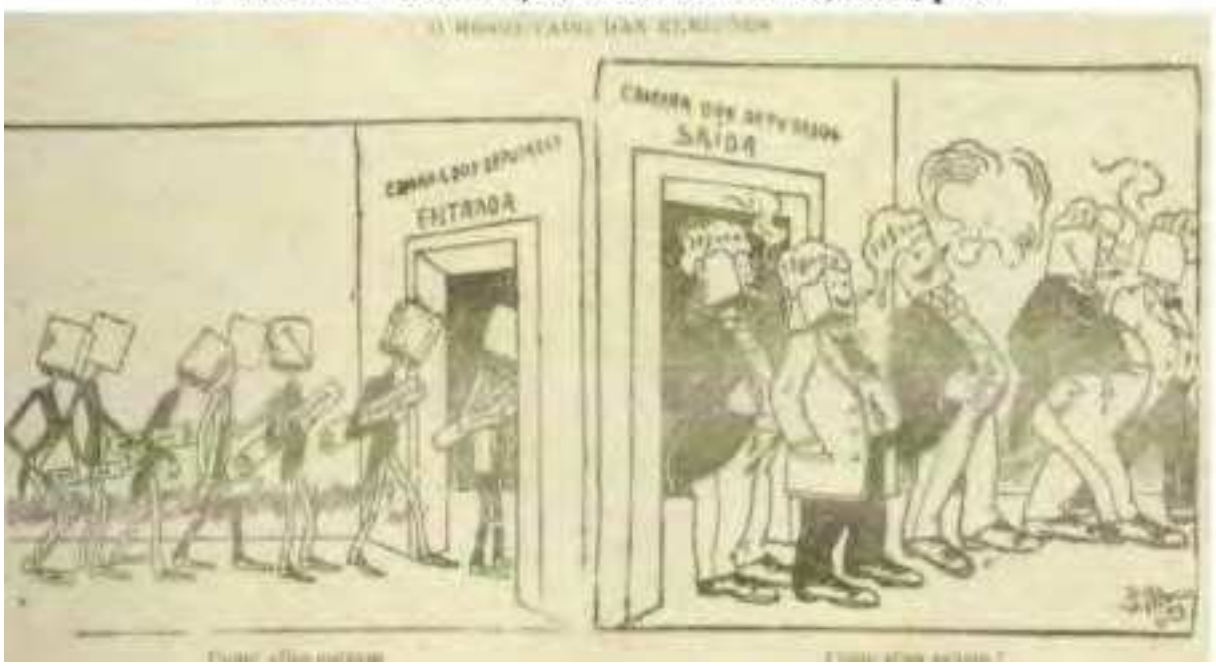
As questões todas que compõem nossa imensa e profunda desigualdade tem raiz em nosso berço civilizatório, "(...) ao definir a politeia como mescla de oligarquia e democracia, Aristóteles parte de uma matéria psicossocial e econômica bem determinada (a classe dos ricos e a dos pobres , que recobrem o todo real da cidadania) e lhe confere uma forma bastante original, determinada por seu fim específico: integrar, por seus estabelecimentos, as partes heterogêneas da cidade em um todo político, produzir acordos entre as pulsões antagônicas das duas classes (o desejo de bens dos ricos e o desejo de prazer e segurança dos pobres, segundo uma psicologia social arraigada, em função do interesse superior de todos na necessária convivência em uma cidade. Ela se afasta da definição nominal da

democracia (governo de todos os cidadãos em vista do bem de todos), e lhe proporciona sua definição real, produtiva e prática; ela oferece à polis sua definição genética. Revela-se na politeia a natureza real, conflituosa e tensa, de todo composto politico. (pág. 264, 2019, SCHWARCZ).

A partir que imbricado em corações e mentes a latência do conflito e tensão no jogo político, desde nosso sempre e "achamento" da terra brasilis pelo português, convém brevíssimo histórico nacional do voto para chegarmos à urna eletrônica e seu significado social – qual fonte devamos nos debruçar e buscar o discurso, para a partir dele, estabelecer narrativa? Diários Oficiais, discursos de autoridades ? Teríamos a aparência, o dado que se quis mostrar, mas e a verdade, a vida e voto que compunham o cotidiano, onde está ? Em jornais, periódicos, charges e que tais , "é o murmúrio que o discurso dissipa, mas sem o qual ele não poderia falar." (pág. 169, 2011, FOUCAULT).

Tais documentos são capazes de nos conferir acesso ao imaginário político compartilhado por então contemporâneos e, ao mesmo tempo são representações construídas pelos atores envolvidos no processo.

O resultado das eleições (fascículo n. 24, 1903, p. 6)



Surgido no nosso Rio em 1902, tempo republicano da posteriormente chamada Velha República, O MALHO foi revista ilustrada , tendo por característica a sátira política.

Por anos, foi publicação procurada, com respeito e ótimo conceito popular,

construindo papel identitário no imaginário popular – as charges O Resultado das Eleições e Altura Politica nos dão a dimensão que se tinha da vida política e do politico.

A conceituação presente, à vista das presentes caricaturas centenárias, em nada nos surpreenderia se publicadas hoje, tal, a grosso modo, o desapego à politica e à classe politica nos permearem todo tempo, tempo todo.

Peço atenção para publicação do jornal A Folha de São Paulo em 2 de janeiro deste 2021 : "para 73% dos brasileiros , o sistema de voto em urna eletrônica deve ser mantido no País – 3 a cada 4 brasileiros apoiam a urna eletrônica."

Vimos nos caiba o conceito de conflito, dissenso, o que te seja utopia talvez me soe distópico na polis, na rés publica, na coisa pública, na Republica desde o nosso sempre – e num tempo determinado histórico foi criada a Justiça Eleitoral : o Decreto nº 21 076, de fevereiro de 1932, nos deu nosso primeiro Código Eleitoral e a criação desta Especializada. Chame de golpe ou revolução o Movimento de 30, ele trazia a questão da visão social de um maior disciplinamento e justiça no voto e sua apuração. Eram demandas de forte apoio popular.

Estes 89 anos viram um segmento de classe média, uma nova categoria se erigir e crescer, per si. Com espírito de corpo, não corporativismo cá defendo sejamos importante e vital instrumento para a entrega de excelência e de correção por parte desta Especializada, que vem não apenas judicializando suas rotinas cartorárias, mas também contribuindo e construindo tecnologia, vital para a necessária transparência e atuação de forma dialogal com todas as camadas sociais que compõem e formam nosso povo.

A Lei 10.842/2004, regulamentada pela Resolução TSE nº 21.832, de 22/06/04, criou cargos de Técnico Judiciário e Analista Judiciário, lotando os nomeados nos Cartórios Eleitorais, Brasil afora.

Altura política (fascículo 12, 1902, p. 7)



Zé Povo: Comem o subsídio, arrombam o tesouro, desgraçam o país.

Político: Vejam só. Tão pequenino, tão barulhento! Coitadinho, nem sabe avaliar a distância que nos separa..

O arcaísmo, o atraso talvez nos fossem parceiros enquanto, a partir da instituição da reeleição para o Executivo, em 1997, se passou a permitir a reeleição de Prefeitos, Governadores e Presidentes da República. Fácil visualizar a saia justa em, por exemplo, comarcas pequenas onde instalada uma única serventia eleitoral, e, nestes municípios com pequeno/médio eleitorado com Prefeitos querendo se reeleger e muitas vezes tais Cartórios Eleitorais terem ocupando Chefia servidor da municipalidade.

Muito importante para a desejada transparência e consequente judicialização de seus procedimentos, exigindo um melhor quadro técnico, foi a instituição da Lei nº

9.504/1997, que criou o mecanismo da revisão do eleitorado, no presente feito com a biometrização do eleitorado. Mecanismo transparente e legal, onde confrontados cadastro eleitoral e do IBGE se configure uma situação que se suspeite de eleitorado superior além de um limite legal do número de habitantes.

Respondendo a cada nova situação jurídico-política, temos um processo de sofisticação permanente em andamento na prestação dos serviços desta Especializada, com seu corpo funcional desenvolvendo expertise que o torna único, somos parte e convivemos com o processo onde somos mais exigidos e ao balcão temos imensa diversidade cultural, social e econômica - "a divisão não é apenas entre público e privado: tem a ver também com o modo de encarar os riscos e de cultivar responsabilidades. Esse é um dos motivos pelos quais a educação parece criar maior desigualdade econômica do que antes. A pessoa instruída tem mais condições de sobreviver e prosperar num mundo ativo, reflexivo ?" (pág. 120, 2000, GIDDENS).

Desde um projeto piloto , realizado em 2008, envolveu três municípios espaçados entre si dentro da nossa imensidão continental, hoje abraçando cerca de 120 milhões de eleitores, portanto, praticamente 80% do eleitorado de pouco mais de 150 milhões de brasileiros. O projeto consiste em implantar, em âmbito nacional, a identificação e verificação biométrica da impressão digital para garantir que o eleitor seja único no cadastro eleitoral e que, ao se apresentar para o exercício do voto, seja o mesmo que se habilitou no alistamento eleitoral.

A situação, ainda uma vez me referindo a comarcas com pequeno/médio eleitorado, aonde Presidentes de Mesa Receptora fossem também servidores municipais, onde a apuração apresentava surpreendente comparecimento, muito próximo de 100%, causava um misto de admiração e espanto, ao tempo mesmo que despertava suspeição sobre terceiros votarem no lugar de eleitor que não tenha comparecido.

O TSE bem coloca, em sua página na mídia social Instagram, que "somente entre 1985 e 1986, com a consolidação do cadastro único e automatizado de eleitores, a informatização do voto começou a virar realidade no país. Os recursos tecnológicos da época foram suficientes para a criação do sistema. Antes disso, os registros eram ´feitos em papel. Com o cenário mais informatizado, os Tribunais Regionais Eleitorais começaram a

trabalhar no desenvolvimento de diversos protótipos de urnas eletrônicas..Em 1989 (...) os TREs foram pela primeira vez interligados (mediante canal de voz e dados) a um computador central instalado no TSE.. A recepção das informações, feita num microcomputador 386, obteve êxito."

A passagem do tempo faz rir do trogloditismo do equipamento obsoleto, mas leva a reflexão estejamos em amadurecimento, como categoria e classe específica de servidores federais que entregam transparência e eficiência, quer seja no balcão diário de atendimento, como nos processos de eleição e apuração – o arcaísmo de politicas espúrias nos permeia e assombra, mas a cada dia é tornado obsoleto socialmente através do preparo e profissionalização desta Especializada.

Nosso trabalho, nosso cotidiano , o que nos dá unicidade " (...) deverá ser concebida como uma história das ontologias que seria relacionada a um princípio de liberdade, em que liberdade é definida, não como um direito de ser, mas como uma capacidade de fazer." (pág. 281, 2011, FOUCAULT)

Bibliografia :

CARVALHO, José Murilo de – *Cidadania no Brasil, o longo caminho*.2001, Editora Civilização Brasileira FOUCAULT, Michel – *As Palavras e as Coisas,* 2011. Martins Fontes Editora

---------- - *O Governo de Si e dos Outros*, 2011. Martins Fontes Editora GIDDENS, Anthony – *O Sentido da Modernidade*, 2000. Editora FGV

RIBEIRO, Darcy – *O Processo Civilizatório*. 1997. Companhia das Letras

SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloisa , organizadoras – *Dicionário da República,* 2019. Companhia das Letras.

TSEjus, mídia social INSTAGRAM, consultada em 10/01/2021.